

# Lideranças tentam acordo para votar direito de greve

Da Sucursal de Brasília

As lideranças partidárias no Congresso constituinte não conseguiram ontem um acordo para a votação do direito de greve. O PT fechou questão contra o texto proposto pelo Centrão, que admite o direito de greve aos trabalhadores para defender "seus interesses coletivos", o que, no entender dos petistas, impede a greve por motivos políticos. O tema vai a votação hoje à tarde no plenário E de manhã os líderes ainda tentam um acordo.



Do capítulo "Dos Direitos Sociais", outro ponto ainda pendente é o dispositivo que veda a dispensa do dirigente e do representante sindical desde o registro da candidatura até um ano depois do final do mandato. Existe uma emenda do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), do Centrão, que suprime essa vedação no que diz respeito ao representante sindical. "O PT não abre mão dessa estabilidade, indispensável para o movimento sindical", disse o vice-

der petista José Genoino, para quem o tema vai a voto sem acordo.

Dentro do capítulo "Dos Direitos Políticos", que pode entrar em votação ainda hoje, as lideranças chegaram a um acordo sobre as condições de inelegibilidade. O texto aprovado em primeiro turno declarava "inelegíveis para qualquer cargo (salvo os que já exercem mandato), no território de jurisdição do titular", os parentes do presidente da República, dos governadores de Estado e dos prefeitos que tenham exercido mais da metade do mandato. O acordo suprime esta última condição e a ressalva aos que já exercem mandato, e inclui nas Disposições Transitórias a observação de que essa norma não se aplica à próxima eleição. "É um casuismo-zinho", disse Genoino, já que a alteração atende aos interesses pessoais de vários constituintes, como o deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB). Ele pretende candidatar-se à Prefeitura de Campina Grande, hoje ocupada pelo seu pai.

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, 71, anunciou ontem a convocação de um "esforço concentrado" para a votação em segundo turno do projeto constitucional. Depois de verificar a

presença em plenário de apenas 220 parlamentares (são necessários 280 para votação), Ulysses convocou sessões para os próximos dias 26 (sexta-feira), 27 e 28 (sábado e domingo), com o que espera garantir o quórum também nos dias 25 (quinta-feira) e 29 (segunda).

"Vamos votar até de madrugada, se preciso. Temos 655 destaques ainda, e num ritmo de 50 por dia poderemos ter a Constituição praticamente votada na semana posterior ao 'esforço'", disse Ulysses. Segundo ele, as eleições municipais de novembro podem ajudar a votação, pois "os parlamentares têm que se desvencilhar da incumbência maior, que é a Constituição, para se dedicarem aos compromissos da campanha".

Ulysses disse que hoje haverá "um quórum confortável, convincente", para votar o direito de greve, "que é um problema complicado, difícil, aqui ou em qualquer parte do mundo". "Na Itália, só agora, depois de 20 anos, é que estão regulamentando este assunto", disse Ulysses. "Superada essa barreira, essa dificuldade, creio que a votação será bem mais fácil, vamos evoluir bastante", concluiu o deputado.



O plenário do Congresso constituinte, na tarde de ontem; por falta de quórum, não foi realizada nenhuma votação

## Para juristas, proposta não veta greve política

Da Redação

A proposta de acordo para regulamentar o direito de greve na Constituição encaminhada pelo deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) do Centrão não proíbe a greve "política". Esta é a opinião de dois advogados trabalhistas consultados ontem pela Folha.

O texto proposto por Ponte prevê assegurar o direito de greve "competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os seus interesses coletivos que devam por meio dele defender". Com esta emenda, Ponte adicionou as expressões "seus" e "coletivos" ao texto aprovado no primeiro turno com a intenção de não permitir a ocorrência de greves "políticas".

Para Amauri Mascaro Nascimento, professor da USP, "pode-se

entender uma greve contra a política econômica do governo como um interesse coletivo dos trabalhadores". O professor reconhece, porém, que a proposta facilita aos tribunais a construção de uma jurisprudência restritiva ao direito de greve.

O advogado Octávio Bueno de Magano, também professor da USP, tem a mesma posição. Segundo Magano, "conforme certa concepção, um dos interesses coletivos é justamente o interesse político".

Para o advogado, esta proposta poderá ser aceita se os tribunais utilizarem a interpretação histórica. "Se os juízes se lembrarem do processo de elaboração, podem entender que os legisladores pretendiam eliminar a greve política." Mas ele entende que o critério teleológico, "que une a lei à realidade" é a interpretação mais importante.

## A Constituinte decide o direito de voto aos 16

Da Sucursal de Brasília

A extensão do direito de voto aos menores entre 16 e 18 anos, aprovada no primeiro turno de votações do Congresso constituinte, dificilmente será derrubada no plenário hoje, quando deve ser apreciada.

Existem seis emendas que pretendem a supressão desse direito, mas o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), 42, já avisou que vai se manifestar pela manutenção do texto, apesar de liberar a bancada para votar a questão como preferir.

Várias lideranças partidárias da Constituinte mostraram dúvidas sobre a possibilidade de os opositores da inovação conseguirem reunir os 280 votos necessários para derrubar o dispositivo. Caso aprovado, o dispositivo vigorará a partir de 1989.

## Evangélicos protestam contra "fisiologismo"

Da Sucursal do Rio

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) acusou ontem no Rio os deputados da chamada "bancada evangélica" do Congresso constituinte de "estarem servindo a grupos particulares ou ao governo central para auferirem vantagens em seu próprio favor".

Um dos deputados acusados, João de Deus (PTB-RS), compareceu à reunião e não negou a acusação de fisiologismo.

"Quem é que no Congresso Nacional não faz fisiologismo? O deputado que não faz isto não tem sentido. Somos fisiológicos, mas com moral muito elevada", disse.

O documento divulgado pelo Conic também critica o "ressurgimento" da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), organizada pelos de-

putados acusados.

Segundo o Conic, a CEB paralisou sua atuação a partir do movimento militar de 64, perdeu sua representatividade e agora transformou-se "num arremedo organizado por um grupo (...) que menos afinidade tem com os evangélicos brasileiros".

"Estamos aqui para resgatar o nome evangélico que, por graça da ação de alguns que inescrupulosamente se dizem evangélicos, jogaram esse nome na lama", disse o reverendo Zwinglio Mota Dias, secretário executivo do Centro Ecu- mênico de Documentação e Informação (Cedi).

Além de João de Deus, outro deputado acusado (Salatiel Carvalho PFL-PE) compareceu ao encontro de ontem, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no centro do Rio.